

2015

Relatório e contas

ÍNDICE GERAL

1. ENQUADRAMENTO	5
2. ATIVIDADE DO FCSU	9
3. EVENTUAIS VANTAGENS DE MERCADO QUE POSSAM TER RESULTADO PARA O PRESTADOR DO SERVIÇO UNIVERSAL	14
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
4.1. Balanço em 31 de dezembro de 2015 (euros)	18
4.2. Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2015 (euros)	19
5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
5.1. Nota introdutória	21
5.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	22
5.2.1. Base de Preparação	22
5.2.2. Derrogação das disposições do SNC	22
5.2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras	22
5.3. Principais políticas contabilísticas	23
5.3.1. Moeda funcional e de apresentação	23
5.3.2. Ativos financeiros e passivos financeiros	23
5.3.3. Outras contas a receber	23
5.3.4. Caixa e equivalentes de caixa	23
5.3.5. Outras contas a pagar	24
5.3.6. Rédito	24
5.3.7. Multas ou sanções	24
5.3.8. Principais estimativas e julgamentos apresentados	24

5.3.9. Passivos e ativos contingentes	24
5.3.10. Acontecimentos após a data do balanço	25
5.4. Caixa e depósitos bancários	25
5.4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	25
5.4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de meios financeiros líquidos	25
5.5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	25
5.6. Impostos	26
5.7. Outras contas a receber	26
5.8. Reservas e outras rubricas de capital próprio	28
5.9. Outras contas a pagar	28
5.10. Compromissos	29
5.11. Garantias	29
5.12. Partes relacionadas	29
5.12.1. ANACOM	29
5.13. Informações exigidas por diplomas legais	29
5.14. Outras Situações	29
6. PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	32

ENQUADRAMENTO

1. ENQUADRAMENTO

A Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE) dispõe no seu artigo 97.º que, verificando-se a existência de custos líquidos do serviço universal (CLSU) que sejam considerados encargo excessivo, o pagamento da compensação devida possa provir, alternativa ou cumulativamente: (i) de fundos públicos (cf. alínea a)) e/ou (ii) da repartição do custo pelas empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, devendo, neste caso, ser instituído um fundo de compensação administrado pela ANACOM ou por outro organismo independente designado pelo Governo (cf. alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do mesmo preceito).

Considerando as possibilidades previstas no artigo 97.º da LCE, o Governo decidiu optar pela repartição dos custos pelas empresas que, no território nacional, oferecem redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, tendo para o efeito apresentado uma Proposta de Lei à Assembleia da República, que resultou na aprovação da Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, entretanto alterada e republicada pela Lei n.º 149/2015, de 10 de setembro (doravante Lei do Fundo).

A Lei do Fundo procedeu, assim, à criação do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas (FCSU) previsto na LCE e destinado ao financiamento dos CLSU, estabelecendo um conjunto de regras a que obedece.

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º da referida Lei, (i) o fundo de compensação constitui um património público autónomo, sem personalidade jurídica, sob a administração da ANACOM a quem compete, enquanto entidade gestora, assegurar a sua representação legal. O fundo de compensação não responde em caso algum pelas dívidas da entidade gestora nem esta responde pelos créditos sobre o fundo. A contabilidade do fundo de compensação é autónoma e separada da contabilidade da ANACOM, competindo-lhe enquanto entidade gestora, organizar a contabilidade do fundo de compensação de harmonia com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Os recursos financeiros do fundo de compensação são depositados numa conta bancária específica, criada para o efeito junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. As receitas do fundo de compensação ficam consignadas ao financiamento dos CLSU. A Lei do Fundo não prevê a possibilidade de o fundo poder realizar gastos de funcionamento nem de dispor de recursos humanos, sendo todas as despesas inerentes ao seu funcionamento asseguradas pela ANACOM.

Ademais, e conforme disposto no artigo 4.º da Lei do Fundo, a ANACOM é a entidade a quem compete a prática de todos os atos necessários à boa administração do FCSU, devendo ainda proceder à identificação das entidades obrigadas a contribuir para o fundo de compensação, para financiamento dos custos líquidos a compensar, e fixar o valor exato da respetiva contribuição.

De acordo com o disposto no artigo 6.º da Lei do Fundo, este destina-se ao financiamento dos CLSU determinados no âmbito dos concursos de designação de prestadores de serviço universal (PSU), e ao financiamento dos CLSU relativos ao período anterior à designação do PSU por concurso.

O fundo de compensação tem, assim, como principal objetivo, receber e gerir as contribuições das empresas obrigadas a contribuir para a compensação dos CLSU, tendo em vista a sua posterior entrega aos PSU. O pagamento das contribuições para o fundo de compensação deve ser efetuado de modo a permitir a transferência dos valores que são devidos ao PSU para financiamento dos custos líquidos do serviço universal, até ao termo dos prazos fixados nos artigos 14.º n.º 1 e 21.º n.º 1, da Lei n.º 35/2012, isto é, até 15 meses após o termo do ano civil a que respeitam os custos. Quando esteja em causa a compensação dos CLSU incorridos no período anterior à designação dos PSU por concurso, aquele prazo de 15 meses inicia-se após o termo do ano civil em que são aprovados os custos.

Estão obrigadas a contribuir para o fundo de compensação as empresas que oferecem, no território nacional, redes de comunicações públicas e/ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público que, no ano civil a que respeitam os custos líquidos, tenham registado um volume de negócios elegível no setor das comunicações eletrónicas que lhes confira um peso igual ou superior a 1 % do volume de negócios elegível global do setor.

Nos termos previstos na lei, compete à ANACOM, enquanto entidade gestora do FCSU, elaborar dois relatórios:

- um que corresponde ao exigido pelos artigos 98.º da LCE e 4.º, n.º 1, alínea d) da Lei do Fundo, contendo o custo apurado das obrigações de serviço universal (SU), indicando as contribuições efetuadas por todas as empresas envolvidas (secções 2 e 3) e
- outro, que cumpre o disposto no artigo 3.º, nºs 5 e 6 da Lei do Fundo, com as contas e demonstrações financeiras do FCSU (secções 4 e 5).

O presente documento dá, assim, cumprimento a ambas as obrigações legais para o período de 2015, integrando os primeiros relatórios que, neste contexto, foram elaborados pela ANACOM.

ATIVIDADE DO FCSU

2. ATIVIDADE DO FCSU

O FCSU destina-se ao financiamento dos CLSU determinados no âmbito dos concursos de designação de PSU, bem como ao financiamento dos CLSU relativos ao período anterior à designação do PSU por concurso.

Atendendo a que as prestações do SU no período posterior à designação de PSU por concurso só foram iniciadas em 2014, o procedimento de identificação das entidades obrigadas a contribuir para o FCSU e a fixação das respetivas contribuições referentes a esse ano foi iniciado no terceiro trimestre de 2015, conforme decorre do disposto no artigo 11.º da Lei do Fundo, tendo a respetiva decisão final sido adotada em 2016. Como tal, o referido procedimento só será relevante para o relatório relativo ao ano de 2016.

No que respeita à compensação dos CLSU relativos ao período anterior à designação do PSU por concurso, a Lei do Fundo dispõe que o fundo deve ser acionado sempre que se verifique a existência de custos líquidos que, na sequência de auditoria, sejam considerados excessivos pela ANACOM, e o PSU solicite ao Governo a compensação dos mesmos.

Determina ainda a Lei do Fundo que as empresas que oferecem, no território nacional, redes de comunicações públicas e ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público efetuem uma contribuição extraordinária para efeitos de financiamento dos CLSU incorridos no período anterior à designação do PSU por concurso e que sejam aprovados pela ANACOM nos anos 2013, 2014, 2015 e 2016.

Em 19.09.2013 a ANACOM aprovou, na sequência de auditorias, os valores do custo líquido do serviço universal (CLSU) relativos aos anos de 2007 a 2009, que totalizou 66 810 982,35 euros (sessenta e seis milhões, oitocentos e dez mil, novecentos e oitenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos)¹.

Tendo-se verificado o cumprimento dos requisitos definidos para acionamento do fundo em relação aos CLSU aprovados em 2013 e relativos ao período de 2007-2009, e tendo o Governo, através de despacho exarado pelo Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e

¹ Os valores de CLSU referentes a cada um dos exercícios foram os seguintes: ano 2007: € 23 584 976,93; ano 2008: € 20 168 431,93; ano 2009: € 23 057 573,48. Note-se que a diferença de 1 cêntimo de euro no valor global face ao somatório dos valores individuais resulta da utilização desses valores individuais sem arredondamento.

Comunicações, deferido a solicitação de compensação dos CLSU 2007-2009 apresentada pela PT Comunicações, S.A., e manifestado concordância quanto ao acionamento do FCSU, a ANACOM deu início ao procedimento de identificação das entidades obrigadas a contribuir e à fixação do valor exato da respetiva contribuição extraordinária, em conformidade com o estabelecido na Lei do Fundo, a partir do segundo semestre de 2014².

Na sequência do apuramento dos valores atrás referidos e do procedimento de audiência prévia dos interessados, por deliberação da ANACOM de 29.01.2015, foram identificadas as entidades obrigadas a contribuir para este fundo e os respetivos montantes. Esta deliberação concretizou o definido na Lei do Fundo, especificamente no que respeita à contribuição extraordinária prevista no artigo 18.º referente à compensação dos CLSU relativos ao período anterior à designação do PSU por concurso, custos que foram aprovados pela ANACOM em 2013 e que se reportam aos CLSU de 2007-2009.

Em 30 de janeiro de 2015 foram emitidas as notas de liquidação às empresas participantes, no valor total de 66 810 982,35 euros, relativas às contribuições extraordinárias para financiamento do CLSU de 2007-2009.

A tabela seguinte identifica as entidades/empresas contribuintes e o valor da respetiva contribuição.

² De notar que, por deliberação de 09.06.2011, a ANACOM aprovou a decisão relativa ao conceito de encargo excessivo, bem como a decisão relativa à metodologia a aplicar no cálculo dos CLSU, tendo considerado que a prestação do SU constitui um encargo excessivo desde 2007, inclusive. Nas condições descritas, por deliberação de 19.09.2013 a ANACOM determinou os valores finais de CLSU relativos aos exercícios de 2007 a 2009 decorrentes da prestação do SU pela PT Comunicações, S.A., os quais foram objeto de prévia auditoria e o respetivo sentido provável de decisão objeto de procedimento de audiência prévia e de consulta pública.

Tabela 1 – Valor das contribuições das empresas e entidades obrigadas a contribuir para o fundo de compensação

Empresas	Contribuição (euros)
Grupo Cabovisão/Onitelecom/Knewon	2 833 078,25
Cabovisão - Televisão por Cabo, S.A.	1 545 083,78
ONITELECOM - Infocomunicações, S.A.	1 287 994,47
Knewon, S.A.	0,00
Grupo PT	31 741 141,80
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (1)	11 442 934,71
PT Comunicações, S.A. (2)	20 298 207,09
Grupo NOS	18 615 290,04
Optimus Comunicações, S.A. (3)	9 318 647,90
ZON TV Cabo Açoreana, S.A. (4)	256 081,94
ZON TV Cabo Madeirense, S.A. (5)	396 472,27
ZON TV Cabo Portugal, S.A. (3)	8 644 087,93
Vodafone	13 621 472,26
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	13 621 472,26
TOTAL	66 810 982,35

Valores expressos em euros.

Nota: Os valores foram apurados em conformidade com o estabelecido na Lei do Fundo, e aproximados ao cêntimo.

Anterior TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Atual MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., empresa resultante da fusão por incorporação da ex-TMN na ex-PTC.

Atual NOS Comunicações, S.A.

Atual NOS Açores Comunicações, S.A.

Atual NOS Madeira Comunicações, S.A.

Fonte: Cálculos ANACOM com base nas declarações transmitidas pelas empresas e nos resultados da auditoria.

Verificou-se que não foi efetuada nenhuma entrega relativa às supra mencionadas notas de liquidação pelas empresas notificadas. De referir que, no caso da MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (ex-PT Comunicações, S.A.), não era expetável a entrega da contribuição devida, uma vez que a ANACOM, através da sua deliberação de 29.01.2015, deferiu o pedido da empresa no sentido de não proceder à entrega da contribuição a cujo pagamento estava obrigada, tendo o montante da compensação a transferir para a empresa sido deduzido ao valor da respetiva contribuição, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da Lei do Fundo, aplicável *ex vi* artigo 20.º, n.º 1 do mesmo diploma. Nesta conformidade, o montante da compensação a que a MEO tem direito, deduzido do valor da sua contribuição, é de 35 069 840,54 euros.

As restantes empresas – Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A., Cabovisão – Televisão por Cabo, S.A., ONITELECOM – Infocomunicações, S.A., NOS Comunicações, S.A., NOS Açores Comunicações, S.A. e NOS Madeira Comunicações, S.A. – não efetuaram o

pagamento das contribuições extraordinárias, manifestando a intenção de impugnar, em sede própria, ao abrigo do disposto na Lei do Fundo, as notas de liquidação emitidas pelo FCSU, tendo apresentado fiança/garantia bancária com o objetivo de suspender a execução fiscal que venha a ser instaurada.

O único valor existente no FCSU, à data de 31.12.2015, é de € 0,86, correspondente ao valor transferido pela MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., relativo ao valor da remuneração anual paga ao Estado como contrapartida da prestação do SU de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas, nos termos do respetivo contrato, assinado entre aquela empresa e o Estado Português em 20.02.2014. Tratando-se de uma receita que, de acordo com o disposto no artigo 5.º da Lei do Fundo, se encontra consignada ao financiamento dos CLSU dos prestadores do SU designados ao abrigo de procedimentos concursais, o valor em causa é considerado no âmbito do lançamento das contribuições relativas a esses CLSU.

Os movimentos ocorridos no exercício de 2015 cingiram-se, assim, à emissão de notas de liquidação, para o financiamento dos CLSU, dos anos de 2007 a 2009, e ao recebimento do valor de 0,86 euros, conforme referido no parágrafo anterior. Dado que o recebimento destas notas de liquidação não se verificou, o balanço apresenta um valor a receber e a pagar do mesmo montante.

**EVENTUAIS VANTAGENS DE
MERCADO QUE POSSAM TER
RESULTADO PARA O
PRESTADOR DO SERVIÇO
UNIVERSAL**

3. EVENTUAIS VANTAGENS DE MERCADO QUE POSSAM TER RESULTADO PARA O PRESTADOR DO SERVIÇO UNIVERSAL

O artigo 98.º da LCE dispõe que o relatório anual a elaborar pela Autoridade Reguladora deve identificar “(...) *quaisquer vantagens de mercado que possam ter resultado para os prestadores de serviço universal, caso tenha sido instituído um fundo de compensação e este esteja efetivamente em funcionamento.*”.

Tendo em conta que o presente relatório incide sobre as contribuições extraordinárias fixadas em 2015 para ressarcimento dos CLSU aprovados em 2013 e relativos ao período 2007-2009, esta análise incide sobre a prestação do SU no período prévio à designação de PSU por procedimento concursal.

Como ponto prévio importa notar que a existência de um SU de comunicações eletrónicas traz vantagens a todos os operadores presentes no mercado, já que promove a existência e o crescimento do mercado de utilizadores de serviços de comunicações eletrónicas, beneficiando direta e indiretamente os diversos prestadores.

Sem prejuízo, a prestação do SU só constitui um encargo excessivo, sendo como tal suscetível de o PSU ser ressarcido de eventuais CLSU, quando a sua quota de mercado em termos de receitas do serviço telefónico em local fixo for inferior a 80% e o montante dos CLSU for igual ou superior a 2,5 milhões de euros, em conformidade com a decisão da ANACOM de 9 de junho de 2011, tendo-se decidido, em função da análise efetuada, a qual teve em conta a evolução da situação concorrencial do mercado e a capacidade de internalização dos CLSU pelo PSU, que a prestação do SU só constitui um encargo excessivo a partir de 2007, inclusive.

Por outro lado, importa notar que o valor dos CLSU, aprovados em 2013 e relativos a 2007-2009, foi determinado tendo por base a aplicação de uma metodologia de cálculo definida pela ANACOM após procedimento de consulta pública e de audiência prévia dos interessados e que respeita o disposto na Diretiva 2002/22/CE, de 7 de março de 2002 e no ordenamento jurídico nacional, designadamente o disposto na LCE. Neste contexto, a metodologia de apuramento dos CLSU, aprovada em 9 de junho de 2011, encontra-se em conformidade com o definido no artigo 96.º da LCE e no anexo IV à Diretiva Serviço Universal.

Genericamente, a metodologia de cálculo dos CLSU assenta na comparação entre a situação real, em que uma determinada empresa tem um conjunto de obrigações com a prestação do SU,

e a situação hipotética em que a mesma empresa não teria essas obrigações. Em concreto, são determinados os custos que o PSU evitaria e as receitas que perderia caso fosse descontinuada a prestação do SU, designadamente a clientes não rentáveis e em áreas não rentáveis, bem como os benefícios indiretos que, associados a tais obrigações, deixaria de usufruir.

Nos termos do artigo 96.º da LCE, só as componentes deficitárias do SU — ou seja, aquelas cujos custos evitáveis excedem as receitas efetivamente recebidas — é que são consideradas para efeitos de cálculo dos CLSU, pelo que a MEO não receberá qualquer compensação pela prestação das componentes do SU que apresentem margens positivas.

Decorre ainda da metodologia que só as áreas não rentáveis ou os clientes não rentáveis em áreas rentáveis é que são consideradas para efeitos de cálculo dos CLSU associados à componente de ligação à rede telefónica pública num local fixo e acesso aos serviços telefónicos acessíveis ao público. Desta forma, a prestação do SU em áreas rentáveis ou a clientes rentáveis não é passível de compensação no âmbito do SU. Da mesma forma, não é passível de compensação a prestação do serviço de postos públicos em áreas rentáveis, nos casos em que essa prestação é rentável.

Acresce ainda que o apuramento dos CLSU tem em consideração a margem positiva dos outros serviços (fora do âmbito do SU) suportados na rede que suporta o SU e que não existiriam se não houvesse a obrigação de prestar o SU, servindo estas margens positivas para reduzir os custos evitáveis decorrentes da prestação do SU.

Adicionalmente a metodologia de cálculo dos CLSU pondera ainda os seguintes benefícios indiretos que correspondem a vantagens que se considera que estão associadas à prestação do SU e cujo valor é deduzido ao montante final dos custos decorrentes dessas prestações:

- (i) reputação empresarial e reforço da marca: benefícios associados ao facto de os clientes terem uma perceção mais positiva da empresa, em resultado desta prestar o SU, nomeadamente em termos de imagem e de reputação, o que permite menores níveis de investimento para idênticos resultados;
- (ii) efeito de ciclo de vida: benefício que decorre de o PSU servir clientes que não sendo no imediato rentáveis, se transformam em clientes rentáveis num futuro próximo, mantendo-se fiéis ao PSU e gerando margens positivas que de outra forma este operador não realizaria;

- (iii) publicidade nos postos públicos: benefício associado à colocação da identificação (logótipo) do PSU e à utilização (própria e por terceiros) de espaços publicitários em postos públicos localizados em áreas não rentáveis;
- (iv) mailing: benefício associado à disponibilidade de espaço de envio de publicidade nas faturas do serviço telefónico em local fixo, e ao aproveitamento do processo de faturação para colocação de mensagens publicitárias em suporte autónomo, sem custos adicionais de envio;
- (v) taxas de regulação: benefício que o PSU obtém decorrente da não consideração para efeitos de cálculo das taxas relativas ao exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas dos proveitos relativos à prestação do SU, na parcela que respeita aos proveitos associados aos reformados e pensionistas.

Assim, o processo de apuramento dos CLSU obedece a uma metodologia que incorpora não só os custos dessa prestação, mas também os eventuais benefícios que dela decorrem, pelo que o seu ressarcimento não determina qualquer vantagem para o PSU, sendo, antes, neutro e destinado a colocar esta entidade na posição em que estaria se não tivesse que prestar o SU. Como tal, esse ressarcimento não gera qualquer distorção no mercado.

Resulta, assim, claro que a compensação pelos CLSU incorridos na prestação do SU no período prévio à designação por concurso não constitui qualquer vantagem, correspondendo, tão-somente, ao restabelecimento de uma situação de equidade face às restantes empresas no mercado, numa altura em que o PSU já não estava em condições de internalizar os CLSU.

Ademais, note-se que o pagamento de uma compensação pela prestação do SU não introduz qualquer distorção no mercado, nem consubstancia qualquer benefício adicional para o PSU, na medida em que este apenas é compensado pela prestação do serviço em zonas ou a clientes com prejuízo ou em condições de custos que não se inserem nas práticas comerciais normais e quando essa prestação se configura como um encargo excessivo para o respetivo prestador, sendo ainda ao valor apurado deduzido o valor associado aos benefícios indiretos que decorrem da prestação do SU.

Do exposto decorre que a compensação a que a MEO tem direito pela prestação do SU no período de 2007-2009 não resulta em qualquer vantagem de mercado para a empresa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Balanço em 31 de dezembro de 2015 (euros)

Descrição	Notas	31.12.2015
ATIVO		
<u>Ativo corrente</u>		
Outras contas a receber	5.7	66.810.982,35
Caixa e depósitos bancários	5.4	0,86
		66.810.983,21
Total do ativo		66.810.983,21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Resultado líquido do período		
Total do capital próprio		0,00
PASSIVO		
<u>Passivo corrente</u>		
Outras contas a pagar	5.9	66.810.983,21
		66.810.983,21
Total do passivo		66.810.983,21
Total do capital próprio e do passivo		66.810.983,21

As notas do anexo seguinte constituem parte integrante das demonstrações financeiras apresentadas supra.

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Fernando Carreiras

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4.2. Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2015 (euros)

Descrição	Notas	31.12.2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerada pelas operações		
Outros recebimentos		0,86
Outros pagamentos		
Outros recebimentos/pagamentos		0,86
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		0,86
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		
Variação de caixa e seus equivalentes		0,86
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.4	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.4	0,86

As notas do anexo seguinte constituem parte integrante das demonstrações financeiras apresentadas supra.

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Fernando Carreiras

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Nota introdutória

O Fundo de Compensação do Serviço Universal de Comunicações Eletrónicas (FCSU) tem sede na Avenida José Malhoa, n.º 12, em Lisboa.

O FCSU foi criado pela Lei n.º 35/2012 de 23 de agosto, entretanto alterada e republicada pela Lei n.º 149/2015, de 10 de setembro na sequência do disposto do n.º 2 do artigo 97.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), alterada e republicada pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro e destina-se ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal de comunicações eletrónicas.

A sua implementação foi determinada por intermédio da deliberação do Conselho de Administração da ANACOM em 23 de janeiro de 2015.

O FCSU constitui um património público autónomo, sem personalidade jurídica, sob a administração da ANACOM a quem compete, enquanto entidade gestora, assegurar a sua representação legal.

O FCSU não responde em caso algum pelas dívidas da entidade gestora nem esta responde pelos créditos sobre o fundo.

Compete à ANACOM, enquanto entidade gestora, organizar a contabilidade do fundo de compensação de harmonia com as normas do sistema de normalização contabilística (SNC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ANACOM, na reunião de 25 de maio de 2016.

É opinião do Conselho de Administração da ANACOM que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do FCSU, bem como a sua posição, avaliação financeira e fluxos de caixa.

5.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

5.2.1. Base de Preparação

A preparação das demonstrações financeiras foi efetuada no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o sistema de normalização contabilística (SNC), vertido no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual (Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro), normas contabilísticas e de relato financeiro (Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro) e normas interpretativas consignadas (Aviso n.º 15653, de 7 de setembro).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações mantendo uma apresentação apropriada mediante a aplicação e conformidade com as NCRF aplicáveis, incluindo as políticas contabilísticas, para que seja proporcionada informação relevante, fiável, comparável e compreensível e proporcionando divulgações adicionais sempre que as disposições contidas nas NCRF possam ser insuficientes para permitir a sua compreensão pelos utentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e de acordo com o regime do acréscimo.

5.2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC que tenham tido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa uma imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

5.2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras não são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, porque o FCSU apenas iniciou a sua atividade no decorrer do exercício de 2015.

5.3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

5.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do FCSU e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

5.3.2. Ativos financeiros e passivos financeiros

O FCSU determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

5.3.3. Outras contas a receber

A rubrica de ‘Outras contas a receber’ é constituída por direitos a receber, relativos às receitas liquidadas pelo FCSU e são reconhecidos inicialmente ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade (Nota 5.7).

Por norma estes valores não estão sujeitos a imparidades, pois, o FCSU apenas funciona como intermediário na gestão dos valores a receber para posterior entrega dos mesmos ao prestador ou prestadores do serviço universal.

Caso ocorram incumprimentos nos recebimentos não ocorre qualquer desvantagem financeira para o FCSU que se traduza num gasto, essa desvantagem financeira a ocorrer será sempre suportada pelas demais entidades obrigadas a contribuir para o fundo.

5.3.4. Caixa e equivalentes de caixa

No FCSU, caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e ativos financeiros (Nota 5.4), sendo registados como ativo corrente se o seu vencimento for inferior a um ano, caso contrário e /ou caso existam impedimentos à sua movimentação, são registadas no ativo não corrente.

5.3.5. Outras contas a pagar

As rubricas de 'Outras contas a pagar' constituem obrigações a pagar, pela entrega do valor das receitas cobradas às empresas participantes, ao(s) prestador(es) do serviço universal, sendo reconhecidas inicialmente ao custo (Nota 5.9).

5.3.6. Rédito

As cobranças efetuadas pelo FCSU respeitam unicamente a quantias por conta de terceiros e como tal não correspondem a benefícios económicos que fluam para a entidade não resultando por isso em aumentos de capital próprio. Como tal, não são reconhecidos réditos no FCSU.

5.3.7. Multas ou sanções

O reconhecimento do produto da aplicação de multas ou sanções contratuais ao prestador ou prestadores do serviço universal, ao abrigo dos contratos para a prestação do serviço universal, é efetuado no momento do seu recebimento efetivo.

5.3.8. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do FCSU são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a ser diferentes dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são os que seguem:

5.3.9. Passivos e ativos contingentes

O FCSU analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um benefício económico futuro ou de uma obrigação.

5.3.10. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos, considerados materiais, ocorridos após a data do balanço, que digam respeito a situações constantes no balanço são reconhecidos e/ou divulgados nas demonstrações financeiras

5.4. Caixa e depósitos bancários

5.4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O FCSU não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

5.4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de meios financeiros líquidos

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de meios financeiros líquidos apresentava os seguintes valores:

Quadro n.º 3.1 - Meios financeiros líquidos	
	2015
Depósitos bancários	
- Depósitos à ordem	0,86
Meios financeiros líquidos	0,86

O valor registado nesta rubrica encontra-se depositado no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

5.5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No presente exercício económico não foi necessário alterar estimativas nem proceder ao registo de erros relativos a exercícios anteriores.

5.6. Impostos

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 35/2015, de 23 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 149/2015, de 10 de setembro, o FSCU constitui um património público autónomo, sem personalidade jurídica, sob a administração da ANACOM a quem compete, enquanto entidade gestora, assegurar a sua representação legal.

O FCSU encontra-se isento do pagamento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) por se enquadrar no grupo de entidades previstas no n.º 1, alínea a), do artigo 9.º do Código do IRC.

O FCSU também não é sujeito passivo de IVA, conforme disposto no n.º 2 do art.º 2.º do CIVA.

Está também isento de Imposto do Selo, nos termos da alínea a) do artigo 6.º do Código do Imposto do Selo.

5.7. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015, a decomposição da rubrica de “Outras contas a receber” é a seguinte:

Quadro n.º 3.2 - Outras contas a receber

	2015		Total
	Corrente	Não corrente	
Outros Devedores			
Devedores diversos	66.810.982,35	0,00	66.810.982,35
Total	66.810.982,35	0,00	66.810.982,35

A rubrica de “Devedores diversos” respeita aos valores das notas de liquidação emitidas às “empresas participantes”, relativos à contribuição extraordinária para financiamento dos custos líquidos do serviço universal dos anos de 2007 a 2009.

Os valores relativos às notas de liquidação emitidas às empresas participantes foram os seguintes:

Quadro n.º 3.3 - Valor das contribuições

Empresas participantes	2015 Contribuição
Cabovisão - Televisão por Cabo, S.A.	1.545.083,78
ONITELECOM - Infocomunicações, S.A.	1.287.994,47
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	31.741.141,80
NOS Comunicações, S.A.	17.962.735,83
NOS Madeira Comunicações, S.A.	396.472,27
NOS Açores Comunicações, S.A.	256.081,94
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	13.621.472,26
Total	66.810.982,35

Nenhuma das notas de liquidação emitidas foi paga pelas empresas participantes que optaram por impugnar a cobrança destas contribuições. De notar que relativamente à MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., conforme referido, a ANACOM autorizou a empresa a não proceder à entrega do valor da contribuição a cujo pagamento estava obrigada dado que o valor da compensação a que tem direito é superior.

Relativamente às impugnações foram apresentadas, pelas empresas participantes, termos de fiança/garantias bancárias como garantia de pagamento caso a decisão futura, relativa à impugnação judicial, seja favorável ao FCSU, conforme discriminado no quadro abaixo:

Quadro n.º 3.4 - Garantias

Entidade	Tipo de Garantia	Valor da Garantia
NOS COMUNICAÇÕES	Termo de Fiança	22 553 419,79
NOS AÇORES	Termo de Fiança	420 102,43
NOS MADEIRA	Termo de Fiança	595 590,34
VODAFONE	Garantia	17 026 840,33
CABOVISÃO	Garantia	1 931 354,73
ONITELECOM	Garantia	1 609 993,09

5.8. Reservas e outras rubricas de capital próprio

O FCSU cobra receitas apenas para entrega ao(s) prestador(es) do serviço universal, não visando o mesmo a obtenção de qualquer vantagem financeira ou qualquer benefício económico.

As cobranças efetuadas pelo FCSU respeitam unicamente a quantias por conta de terceiros e como tal não correspondem a benefícios económicos que fluam para a entidade e não resultam por isso em aumentos de capital próprio.

Assim, o FCSU limita-se a registar, nas suas contas, um ativo pelo valor a receber, aquando da liquidação das notas de liquidação, e um passivo por conta do valor a pagar pelos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal. As contas são saldadas pelo recebimento das verbas liquidadas, e posteriormente pela anulação do passivo mediante a entrega das verbas liquidadas ao(s) prestador(es) respetivo(s).

Face ao exposto, em 31 de dezembro de 2015, o saldo das rubricas de capital próprio apresentava-se nulo, situação que será idêntica no futuro.

5.9. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica de “Outras contas a pagar” é o seguinte:

Quadro n.º 3.5 - Outras contas a pagar

	2015		Total
	Corrente	Não corrente	
Outros Credores			
Credores diversos	66.810.982,35	0,00	66.810.982,35
Listas Telefónicas	0,86	0,00	0,86
Total	66.810.983,21	0,00	66.810.983,21

A rubrica de “Credores diversos” engloba o valor relativo à compensação do custo líquido do serviço universal (CLSU) dos anos de 2007 a 2009.

Realça-se que em 29.01.2015 a ANACOM deliberou autorizar, ao abrigo do n.º 2 do artigo 12.º da Lei do Fundo, aplicável ex vi artigo 20.º, n.º 1 do mesmo diploma, que a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia. S.A., não procedesse à entrega do valor da

contribuição a cujo pagamento está obrigada (31 741 141,80 euros) dado que o valor da compensação a que tem direito (66 810 982,35 euros) é superior.

Assim, será efetuado um encontro de contas com a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia. S.A. no decorrer do exercício de 2016.

A rubrica de Listas Telefónicas integra o valor da remuneração anual relativa à contrapartida da prestação do serviço universal de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas.

5.10. Compromissos

O FCSU não pode realizar despesas com aquisição de ativos, pelo que não existem quaisquer compromissos assumidos que envolvam qualquer espécie de contratualização.

5.11. Garantias

O FCSU não tem garantias bancárias prestadas a favor de terceiros.

5.12. Partes relacionadas

5.12.1. ANACOM

De acordo com a NCRF 5, os membros do Conselho de Administração da ANACOM são partes relacionadas em virtude do seu papel fundamental na gestão do FCSU.

5.13. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, o FCSU confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social nem ser devedor de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

5.14. Outras Situações

Tendo em consideração a atividade do FCSU, cujos critérios para o reconhecimento de Réditos e Gastos não são aplicáveis por não se verificarem situações enquadráveis nestas rubricas, não foi elaborada a Demonstração dos Resultados.

O Diretor Financeiro e Administrativo

Fernando Carreiras

O Conselho de Administração

Maria de Fátima Henriques da Silva Barros Bertoldi

José Manuel de Almeida Esteves Perdigoto

João Manuel Lourenço Confraria Jorge e Silva

Hélder Ferreira Vasconcelos

Isabel Maria Guimarães de Oliveira Rodrigues Areia

**PARECER DO REVISOR OFICIAL
DE CONTAS**

6. PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO SERVIÇO UNIVERSAL DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS (FCSU), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 66.810.983 euros e um total de Passivo de igual montante), a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), enquanto Entidade gestora do FCSU, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do FCSU, as alterações dos fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora do FCSU utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO SERVIÇO UNIVERSAL DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS, em 31 de dezembro de 2015 e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ENFÂSE

7. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, tal como se encontra divulgado na nota 5.2.3 do Anexo, as referidas Demonstrações Financeiras não são comparáveis no seu todo, na medida em que o FCSU apenas iniciou a sua atividade durante o exercício de 2015.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de atividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 25 de maio de 2016

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056